



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682484 - SC (2021/0233276-7)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : A DA S P (INTERNADO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de A DA S P em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0000564-24.2019.8.17.13.40).

O paciente foi representado pela suposta prática de ato infracional análogo ao delito descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. O Juiz processante acolheu as razões ministeriais para aplicar a medida socioeducativa de internação, com reavaliação a cada 6 meses. O recurso de apelação interposto pela defesa foi desprovido.

A impetrante sustenta a desproporcionalidade da medida socioeducativa aplicada, uma vez que não haveria qualquer ação julgada procedente em desfavor do adolescente e que o ato infracional teria sido praticado sem violência ou grave ameaça.

Defende que não poderia o menor ser responsabilizado mais severamente do que os adultos em situação similar.

Requer, liminarmente, a suspensão da decisão de procedência da representação. No mérito, pugna pela readequação da medida imposta, preferencialmente em meio aberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, conforme se depreende do seguinte trecho do acórdão impugnado (e-STJ fls. 478-479):

*Na hipótese dos autos, atenta-se inicialmente que as circunstâncias do ato infracional praticado pelo adolescente atribuem-lhe peculiar gravidade, principalmente considerando que, além da variedade da droga, a natureza de uma delas ("cocaína") é de notório poder deletério, resultando sua comercialização certamente em maior dano à saúde pública, bem juridicamente tutelado.*

*Somado a isso, a reiteração na prática de atos infracionais e as circunstâncias pessoais do adolescente não recomendam outra medida senão a internação.*

*Quanto ao primeiro aspecto, o apelante tem contra si processo de apuração de atos infracionais anteriores*

*análogos aos crimes de tentativa de homicídio e ameaça perpetrado contra seu padrasto e contra sua mãe, respectivamente, nos quais já restou prolatada sentença de procedência da representação (autos n. 50205710320208240020), evidenciando seu comportamento voltado à prática de infrações graves. A propósito, para fins de aferição da reiteração infracional, é prescindível que haja o trânsito em julgado de sentença de procedência da representação, conforme entendimento desta Câmara (TJSC, Apelação Criminal n. 0007565-29.2019.8.24.0091, da Capital, rel. Getúlio Corrêa, j. 31-03-2020):*

*[...]*

*Logo, do que se nota, considerando que o apelante tem reiteradamente se envolvido em atos infracionais graves e que suas circunstâncias pessoais são desfavoráveis, não se vislumbra outra alternativa, senão, como mencionado, aplicar a medida de internação, tanto como a melhor forma para se alcançar os efeitos pedagógicos desejados, tanto como com a finalidade de fazê-lo compreender sua responsabilidade diante das condutas praticadas.*

Dessa forma, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto,  **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem e ao Juízo processante, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência